

É a economia, estúpido!

José Rubens Damas Garlipp, Simone Deos, Glaucia Campregher, Renata Lins, Antonio Corrêa de Lacerda, Marcelo Dias Carcanholo, Luiz Filgueiras e Carmem Feijo discutem se a economia de fato será o fator decisivo da eleição presidencial, a crise econômica e social aguda e os desafios do próximo governo.



É a economia, estúpido!

■ James Carville, estrategista eleitoral de Clinton em 1992, cunhou o slogan, hoje clássico, para nortear a vitoriosa campanha do democrata contra Bush (pai), durante um período de recessão. A crise econômica de fato determinará a derrota eleitoral de Bolsonaro?

Rubens Garlipp, da UFU, avalia que, diferente de 2018 (quando a corrupção foi o tema principal), as eleições de 2022 serão pautadas pela crise econômica e social. A “nova onda rosa” na América Latina enfrentará desafios muito mais complexos do que os da onda anterior. Mas é possível explorar novos caminhos diante da polarização entre China e EUA.

Simone Deos, da Unicamp, afirma que poucos meses nos separam de uma das mais importantes eleições da história do Brasil. Se for eleito, qual Lula governará? Só sairemos das ruínas do bolsonarismo se Lula estiver comprometido em superar as armadilhas do neoliberalismo.

Gláucia Campregher, da Ufba, ressalta que a eleição se dará num momento crítico da história mundial e nacional. Lula pode vencer, mas não vai ser fácil. Se vencer, terá o Congresso, mídia, procuradorias e bolsonaristas nos calcanhares. É necessária a politização da população.

Renata Lins, do IE/UFRJ, concorda que a economia está no centro da eleição. Um novo governo comprometido com a mudança precisa discutir a revisão das regras fiscais – Regra de Ouro, Lei de Responsabilidade Fiscal e, principalmente, Teto de Gastos –, sob pena de engessamento completo.

Antonio Lacerda, do Cofecon, discorre sobre desafios e estratégias para o próximo governo. O financiamento será a mola propulsora para viabilizar a retomada do crescimento.

Marcelo Carcanholo, da UFF, destaca o fracasso da equipe capitaneada por um doutor de Chicago. Se há algum realista na equipe de campanha do atual presidente, o que envolve perguntar-se o que deu errado, sua resposta parece óbvia: foi a economia, estúpido!

Luiz Filgueiras, da Ufba, defende que a vitória de Lula é crucial para a democracia, mas só será efetiva, e duradoura, se o governo avançar na redução estrutural da desigualdade. As circunstâncias domésticas e internacionais estão mais desfavoráveis do que em 2002.

Carmem Feijo, da UFF, classifica o ano de 2022 como decisivo para o futuro da nação. Para uma agenda de política econômica voltada ao desenvolvimento, é necessária uma nova convenção de política econômica. Há alternativas e é importante haver o debate.

Sumário

<i>Eleição e Economia</i>	
Cerrar a porta que conduz à barbárie	3
José Rubens Damas Garlipp	
<i>Eleição e Economia</i>	
Nas ruínas do neoliberalismo	5
Simone Deos	
<i>Eleição e Economia</i>	
Política pra ganhar a eleição e sustentar os novos alicerces da nação	7
Gláucia Campregher	
<i>Eleição e Economia</i>	
Regras fiscais: sem revisão, não há solução	9
Renata Lins	
<i>Eleição e Economia</i>	
Desafios e estratégias para o próximo governo	11
Antonio Corrêa de Lacerda*	
<i>Eleição e Economia</i>	
É a economia, estúpido!	13
Marcelo Dias Carcanholo	
<i>Eleição e Economia</i>	
O favoritismo de Lula e a resiliência de Bolsonaro	15
Luiz Filgueiras	
<i>Eleição e Economia</i>	
2022: ano decisivo para o futuro da nação	17
Carmem Feijo	
Balanco Patrimonial	19

O Corecon-RJ apoia e divulga o programa Faixa Livre, veiculado de segunda a sexta de 8h às 10h na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 kHz. Você também pode ouvir os programas pelos sites www.aepet.org.br/radioaovivo.html e www.programafaixalivre.com.br, canal no Youtube, Facebook, Instagram, podcast no Spotify, Deezer, Castbox e SoundCloud e aplicativo gratuito.

Jornal dos ECONOMISTAS

Órgão Oficial do CORECON - RJ
E SINDECON - RJ
Issn 1519-7387

Conselho Editorial: Sidney Pascounto da Rocha, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Gustavo Souto de Noronha, João Hallak Neto, Marcelo Pereira Fernandes, José Antonio Lutterbach Soares, Wellington Leonardo da Silva, Paulo Sergio Souto, João Manoel Gonçalves Barbosa, José Ricardo de Moraes Lopes e Fernando Machado. **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro. **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda-ME (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866). **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (rossana.henriques@gmail.com). **Ilustração:** Aliedo. **Revisão:** Bruna Gama. **Fotolito e Impressão:** Edigráfica. **Tiragem:** 15.000 exemplares. **Periodicidade:** Mensal. **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 - 19º andar - Rio de Janeiro - RJ - Centro - Cep 20040-906
Telefax: (21) 2103-0178 - Fax: (21) 2103-0106
Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br
Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: Flávia Vinhaes Santos. **Vice-presidente:** José Antonio Lutterbach Soares. **Conselheiros Efetivos:** 1º TERÇO: (2020-2022) Arthur Camara Cardozo, Marcelo Pereira Fernandes, Sidney Pascounto da Rocha - 2º TERÇO: (2021-2023) Antônio dos Santos Magalhães, Flávia Vinhaes Santos, Fernando D'Angelo Machado - 3º TERÇO: (2022-2024) Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Antonio Melki Júnior, José Antonio Lutterbach Soares. **Conselheiros Suplentes:** 1º TERÇO: (2020-2022) Gustavo Souto de Noronha, João Hallak Neto, Regina Lúcia Gadioli dos Santos - 2º TERÇO: (2021-2023) Cesar Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos, Miguel Antônio Pinho Bruno - 3º TERÇO: (2022-2024) José Ricardo de Moraes Lopes, Cliciano do Couto Oliveira, Antonio Jose Alves Junior.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 - salas 1607 a 1609 - Rio de Janeiro - RJ - Cep 20031-000. Tel.: (21) 2262-2535 Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192. Correio eletrônico: sindecon@sindecon.org.br

Mandato - 2017/2020

Coordenação de Assuntos Institucionais: Antonio Melki Júnior, Cesar Homero Fernandes Lopes, Sidney Pascounto da Rocha (Coordenador Geral) e Wellington Leonardo da Silva.

Coordenação de Relações Sindicais: Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Gilberto Caputo Santos, João Manoel Gonçalves Barbosa, José Ricardo de Moraes Lopes.

Coordenação de Divulgação Administração e Finanças: André Luiz Silva de Souza, Gilberto Alcântara da Cruz, José Antonio Lutterbach Soares e Guilherme Tinoco Oliveira dos Anjos.

Conselho Fiscal: Jorge de Oliveira Camargo, Luciano Amaral Pereira e Regina Lúcia Gadioli dos Santos.

Cerrar a porta que conduz à barbárie

José Rubens Damas Garlipp*

Non se pode dar por cumprida a tarefa ao derubar o adversário. É preciso evitar que este possa retirar da terra novas forças e erguer-se agigantado. Não cabe recuar ante a magnitude infinita de seus próprios objetivos, até que seja criada uma situação que torna impossível qualquer retrocesso e na qual as próprias condições gritam: Hic Rhodus, hic salta!

(Em paráfrase a Marx, K. O Dezoito de Brumário de Luís Bonaparte)

■ Um País destroçado e à deriva: este o Brasil em 2022, submetido a uma crise multifacética e gravíssima. Um País onde viceja um verdadeiro déficit civilizatório. Isto o que resulta do (des)governo Bolsonaro, a patrocinar o desmantelamento da economia nacional e o desmonte do Estado, a desconstruir políticas e programas públicos de proteção social, educação, ciência e tecnologia, a destruir o patrimônio ambiental, a desdenhar os direitos humanos, a escarnecer a cultura, a descurar a saúde, a naturalizar o desemprego, a informalização e a precarização do trabalho, a excluir as minorias, a relançar milhões de pessoas à pobreza e à fome, a renunciar à soberania nacional e levar o Brasil ao status de “pária internacional”.

Conforme observamos em outra oportunidade (*Jornal dos Economistas* N° 369, maio/2020), trata-se de política minúscula, orientada a interditar a ainda tímida construção da cidadania, na medida em que fuzila os direitos fundamentais e salvaguarda os interesses do rentismo financeiro, sob a guarda de um Estado apropriado pelos interesses dos conglomerados transnacionais – mundializados e financeirizados. Conforme avança a desoneração da responsabilidade do Estado para com a dimensão pública, maior a consequente atrofia da própria estrutura pública para fazer frente à crise, em franco desprezo ou desco-

nhecimento acerca das experiências internacionais que conduziram países e sociedades ao caos social e político.

E mais: é justamente por meio da crescente desoneração das suas responsabilidades que o (des)governo atual incentiva a criação de instituições que não são Estado, fomenta as privatizações e concessões de serviços públicos e abre mão de setores e ativos nacionais estratégicos. Dessa maneira, são despolitizados os assuntos públicos e é declarada a guerra ao Estado Social e ao Estado Democrático de Direito.

Assim é que o projeto político de Bolsonaro se traduz na implantação de um sistema político autoritário, uma ditadura neofascista, com pretensões de se perpetuar armando as polícias e milícias para concretizar sua aspiração de poder, como fica evidente em *Projeto de Nação: o Brasil em 2035*, lançado em 19 de maio deste ano, dos Institutos Sagres, Federalista e General Villas Bôas, ligados a lideranças conservadoras, militares da reserva e a Bolsonaro, documento marcadamente involucrado na Doutrina de Segurança Nacional, em verdadeira afronta à incipiente democracia brasileira.

Com efeito, uma tal história não pode ser repetida. Se, da primeira vez, se dá como tragédia, na segunda é como farsa. E a farsa é ainda mais terrível do que a tragédia à qual ela segue. Daí que as eleições de outubro próximo se revestem de importância histórica, para os que não concordamos nem aceitamos que a sociedade seja conduzida pela dominação autoritária, pelo Exército, em franca liquidação e traição das promessas emancipatórias, enfraquecimento das instituições e solapamento do Estado Democrático de Direito. Entendemos e defendemos, ao contrário, que a mais urgente das tarefas é cerrar a porta que conduz à barbárie, impondo nas urnas a derrota a Bolsonaro.

Nesse sentido, e com o intuito de recupe-



rar o Brasil da destruição causada pelo (des)governo Bolsonaro, forças democráticas e progressistas em torno da pré-candidatura Lula-Alckmin lançaram, no último dia 21 de junho, o documento *Diretrizes para o Programa de Reconstrução e Transformação do Brasil*. São elencadas 121 diretrizes e, entre as principais propostas, destacam-se: urgente combate à fome e à pobreza; retomada do investimento (público e privado) para alavancar crescimento e gerar emprego; recomposição do papel indutor e coordenador do Estado e das empresas estatais; revogação do teto de gastos e dos marcos regressivos da atual legislação trabalhista; revisão do atual regime fiscal e reconstrução da seguridade e da previdência social; combate à inflação e redução do custo de vida; retomada das políticas de incentivo à agricultura e estoques reguladores, para reduzir o preço dos alimentos; defesa da Amazônia, combate ao desmatamento, respeito às leis ambientais e proteção dos povos indígenas, aliado ao enfrentamento das mudanças climáticas; políticas públicas de promoção da igualdade racial e de combate ao racismo estrutural; democracia, justiça, paz, soberania e reinserção soberana do Brasil no mundo.

A forte deterioração das condições de vida da imensa maioria da população indica, não por menos, que inflação e custo de vida, de-

semprego, renda, fome e miséria, e desigualdade social sejam, nesta ordem, os temas apontados como os mais relevantes para os eleitores nas próximas eleições, conforme as avaliações e expectativas de consultorias de análise de risco político e analistas independentes recentemente compiladas (*Barômetro do Poder/InfoMoney*, junho de 2022). Diferente de 2018 (quando, alimentado pela Operação Lava Jato, o combate à corrupção foi o tema principal), nas eleições de 2022 os temas mais relevantes são aqueles que se desdobram da crise econômica e social em curso – a indicar que as condições socioeconômicas assumem preponderante influência junto aos eleitores, ainda que não se trate, meramente, de um “voto econômico”. E essa é uma indicação clara acerca da prioridade que assumem as ações a serem tomadas de imediato por um novo governo comprometido com a reconstrução do Brasil.

Mas é preciso reconhecer que a derrota a ser imposta a Bolsonaro não encerra os esforços necessários para superar o projeto autoritário e neofascista encampado pelo bolsonarismo. Isso significa que, ao mesmo tempo em que são implementadas políticas, programas, ações e medidas que enfrentem as questões mais urgentes, elas devem estar articuladas a um planejamento acerca do futuro. Dizer isso é afirmar que as medidas e ações prementes, a serem acionadas de imediato, não podem obscurecer – menos ainda desconsiderar – que o futuro almejado começa a ser desenhado também por elas. Não cabe qualquer disjuntiva temporal, como se fosse possível tratar, em um primeiro momento, do imediato e, apenas depois, dedicar-se às ações de médio e longo prazos. Até porque não se trata, apenas, de implantar um conjunto de medidas provisórias para gerir uma crise de curto prazo. O futuro depende do que se faz agora. Daí a imprescindibilidade do planejamento, cuja relevância para a retomada da “construção interrompida” se mostra ainda mais expressiva que em experiências anteriores.

Além disso, um novo governo, democraticamente eleito e comprometido com a reconstrução do Brasil, se deparará com uma quadra histórica caracterizada por substanciais desafios, devido ao movimento disruptivo promovido pelas transformações

que atravessam as economias e sociedades. Ademais, ainda não se dissiparam os graves e profundos efeitos desencadeados pela pandemia, com súbitas interrupções na produção, rápido colapso da demanda e ruptura das cadeias globais de valor, contração das economias do próprio núcleo orgânico capitalista. E, em um capitalismo desigual e combinado, igualmente levaram a uma severa contração das economias periféricas.

A esse cenário internacional adverso, marcado por importantes transformações geopolíticas e geoeconômicas, somam-se as perspectivas atuais de desaceleração – ou mesmo recessão – global. A menor tolerância com a inflação por parte de diversas autoridades monetárias, em especial o Fed, deve continuar impactando o crescimento mundial em 2022 e 2023. A expectativa de queda de preços das *commodities* trará implicações para os países que as exportam, como o Brasil, cuja base produtiva se reprimariza e se desindustrializa. Daí a importância da reindustrialização para o Brasil, mas sob novos parâmetros, que viabilizem uma estrutura e uma dinâmica de desenvolvimento assentadas na sustentabilidade.

Por seu turno, a “nova onda rosa” que vem se desenhando nos dois últimos anos na América Latina certamente enfrentará desafios econômicos e sociais muito mais complexos do que os da onda anterior, ocorrida entre final dos anos 1990 e início dos anos 2000, com destaque aos desafios da agenda ambiental, em uma conjuntura que, como visto, sinaliza queda dos preços das *commodities*. Tais desafios, no entanto, podem se traduzir em oportunidades, com a possibilidade de explorar novos caminhos diante da divisão de poderes entre China e Estados Unidos. A América Latina poderia experimentar novos acordos comerciais, novos modelos de desenvolvimento e reforçar a autonomia regional. Para tanto, é imperiosa a retomada da integração regional, em favor de uma atuação econômica conjunta, baseada na complementaridade produtiva. Vale registrar que, no âmbito do Mercosul e Unasul, o Brasil apresentava, até recentemente, superávit comercial com exportação de manufaturados, em lugar de *commodities*.

Igualmente com o Brics. Embora os países membros apresentem diferentes pesos e im-

portâncias em termos econômicos e geopolíticos, o cenário da guerra entre Rússia e Ucrânia pode trazer profundas alterações. Os três grandes *players* do Brics (China, Índia e Rússia) têm fortes incentivos para manter o grupo funcional e relevante enquanto via de cooperação. Ademais, a iniciativa da China ao criar o Brics Plus explicita a intensão de contar com uma nova plataforma para a cooperação Sul-Sul e viabilizar a interlocução com outros grandes países em desenvolvimento para uma parceria mais ampla. O Brics Plus firmaria uma importante presença na produção global de alimentos e na área energética, além de poder se beneficiar de acordos de pagamento em moedas nacionais e, mesmo, da criação de uma nova moeda de reserva, o que contribuiria para diminuir a vulnerabilidade dos membros aos humores e interesses dos países centrais.

Diante dos quadros nacional e internacional, superar os desafios impõe a um novo governo democrático enfrentar, de forma planejada e articulada, a pobreza, a fome, a miséria, as perdas salariais, o desemprego, a desproteção social, a injustiça racial e econômica, os investimentos, a reconstrução da infraestrutura, os desafios energéticos, as mudanças climáticas, a defasagem tecnológica e a perda de influência do País no cenário mundial e iniciar a transição para um novo eixo de desenvolvimento. Mas requer, também, que se cumpra a imperiosa tarefa de abrir o caminho para a superação do imenso e perverso legado do autoritarismo brasileiro, com raízes profundas na naturalização da injustificável desigualdade (econômica e social), no racismo estrutural, na extremada – mas nem por isso disfarçada – violência (física e simbólica), no patrimonialismo, no patriarcalismo, no particularismo, na perversa disparidade, na intolerância social e na ausência de rupturas históricas (a mais longa escravidão e a irrealizada reforma agrária). Esgotado o ciclo da “Nova República”, nos parece que tal tarefa não tem como ser cumprida pela histórica via da conciliação de classes. Talvez aí resida o busílis.

* É professor titular do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (Ieri/UFU).

Nas ruínas do neoliberalismo

Simone Deos*

■ Poucos meses nos separam de uma das mais importantes eleições presidenciais da história do Brasil. Até agora as pesquisas apontam, consistentemente, Lula (PT) na liderança e Bolsonaro (PL) em segundo lugar, tanto no primeiro quanto no segundo turno. Apesar dos esforços da elite econômica e da imprensa para viabilizar o que batizaram de terceira via eleitoral, nenhuma outra candidatura parece capaz de abalar as intenções de voto tanto no ex-presidente, quanto no atual.

Na campanha presidencial de 2018, a corrupção foi tema central. Em 2022, o quadro é bem distinto. O péssimo desempenho da economia brasileira na última década – crescimento de 0,4%¹ ao ano, em média, no período 2012-2021, enquanto o mundo cresceu a 3% – tem impactos reais dramáticos na vida da maioria do eleitorado, sobretudo nas camadas de renda mais baixa. No momento da reeleição, essa fatura chega na mesa do presidente Bolsonaro, que também precisa responder pela gestão criminosa e incompetente que foi feita na pandemia.

Em 2020, ano em que a pandemia afetou mais dramaticamente o país e o mundo, o PIB brasileiro caiu 3,9%, ante uma queda de 3,1% do PIB mundial. No ano seguinte, quando a vacinação permitiu a retomada progressiva das atividades, o PIB nacional cresceu 4,6% – novamente abaixo da média mundial, que foi 6,1% – e o nível de atividade econômica ficou 0,5% acima do nível em que estava antes da pandemia, mas 2,8% abaixo do ponto mais alto da década, alcançado no primeiro trimestre de 2014. A previsão de crescimento do Banco Central para o ano corrente, 2022, foi recentemente revisada para cima, passando de 1% para 1,7% – uma pequena melhora que em nada altera o quadro mais amplo e sombrio.

A situação do mercado de trabalho do país reflete o baixo nível de atividade econômica, ao qual se somam outros problemas. De acordo com o IBGE², a taxa de desemprego (desocupação) no Brasil é hoje 9,8%, a taxa de subutilização da força de trabalho³ é 21,8% e a taxa de informalidade da população ocupada é 40,1%. O rendimento médio mensal domiciliar *per capita* em 2021 caiu 6,6% em relação a 2020 e foi o menor desde 2012, refletindo não só a contínua degradação do mercado de trabalho, como também a inflação que, acompanhando tendência internacional, passou a se acelerar a partir de meados de 2020, e em 2021 chegou a 10,06%⁴. Nesse contexto, a desigualdade cresceu e, em 2021, o 1% da população com renda mais alta teve rendimento 38,4 vezes superior à média dos 50% com as menores remunerações.

De acordo com as pesquisas eleitorais, é nos segmentos de renda mais baixa que o ex-presidente Lula tem o maior percentual de intenções de voto. É para essa parcela do eleitorado que se volta, prioritariamente, o documento da Fundação Perseu Abramo, do PT – *Diretrizes para o Programa de Reconstrução e Transformação do Brasil* – no qual os temas sociais, a fome, e o desemprego aparecem em destaque. O compromisso assumido logo na primeira página é com a recuperação das condições de vida da maioria da população, para o que é necessário revogar o teto de gastos e rever o atual regime fiscal, conforme o mesmo documento.

De outro lado, a imprensa traz relatos de Lula e seu candidato a vice, Geraldo Alckmim, reunindo-se periodicamente com representantes da elite empresarial e do mercado financeiro para apresentar as diretrizes do seu programa, ao mesmo tempo em que procuram acalmar ânimos mais exaltados. Nesses fóruns cobra-se do ex-presidente,



Divulgação TSE



em um provável terceiro governo, o cumprimento do primeiro mandamento do credo neoliberal: responsabilidade fiscal acima de tudo, todos e todas. Se for de fato eleito, qual Lula governará? Aquele que reconstruirá e transformará o Brasil, tal como apresentado nas *Diretrizes* do PT. Ou aquele que acalmará o sono de grande parte da elite econômica nacional, que, com raras e honrosas exceções, parece não conseguir entender que não existe mercado sem Estado?

A campanha de Bolsonaro, até o momento, não apresentou nem diretrizes e nem planos para o futuro governo. Mas tudo leva a crer que as linhas mestras do neoliberalismo, que vêm arruinando nosso sistema produtivo, de proteção social, educacional, científico, nosso meio ambiente e a sociedade de uma forma geral serão mantidas e, se possível, aprofundadas. Renovam-se os compromissos com a responsabilidade fiscal, com as privatizações e as reformas. Enquanto faz isso de um lado, de outro o instinto de sobrevivência política do atual presidente o impele a tomar medidas urgentes que possam reverter o que as pesquisas insistem em apontar, e para isso conta com a ajuda dos poderes aliados e dos aliados empoderados. As mais recentes medidas nesse *front* foram a PEC dos Benefícios, que amplia os gastos do governo em benefícios sociais em R\$ 41 bilhões fora do teto até o fim de 2022, e a Lei Complementar 194, que zera imposi-

tos federais sobre a gasolina e o diesel até o fim do ano, e com a qual Bolsonaro espera ter resultados positivos no combate à inflação. Tomadas em conjunto, essas medidas visam atingir a parcela do eleitorado de renda mais baixa, onde Lula tem maior vantagem relativamente ao atual presidente.

Nessa tentativa de reverter o que as pesquisas sinalizam como uma provável derrota nas urnas, ao mesmo tempo em que procura recompor uma parcela da renda das camadas mais pobres da população, Bolsonaro e seu círculo íntimo operam em outros *fronts* na disputa pelo poder político. Majoritariamente via redes sociais, o bolsonarismo comanda uma máquina de incitação à violência e disseminação de *fake news* que tem como finalidade última impactar o resultado das urnas. Para tanto, opera para desacreditar e desestabilizar o processo eleitoral e as instituições responsáveis por ele – notadamente o Tribunal Superior Eleitoral. Isso tudo nos faz crer que a tensão que há meses sentimos no ar, e que já vem se manifestando como violência real, crescerá nos próximos meses. Assumindo a hipótese de que conseguiremos ultrapassar esses obstáculos e realizar as eleições, e que o resultado das urnas dará a vitória ao ex-presidente Lula, o período que vai do anúncio do resultado até a posse do novo presidente, em 1º de janeiro de 2023, deverá ser igualmente tenso.

O cenário internacional delineado para 2023 não é menos desafiante. De um lado, a tendência é que a pandemia continue a impactar negativamente a economia mundial, sobretudo porque a China deve manter o uso de medidas restritivas que afetam não só o seu nível de atividade econômica, mas desorganizam também grande parte das cadeias produtivas em âmbito internacional. Por sua vez, a guerra entre Rússia e Ucrânia levanta temores crescentes de uma crise energética no mundo e, de forma especial, na Europa, ao mesmo tempo que levanta questões geopolíticas da maior importância, acelerando um movimento de reorganização dos países em torno de novos eixos de poder econômico e político. Nos Estados Unidos, por sua vez, a queda contínua no preço das ações, nos últimos meses, manifesta

o temor crescente de uma recessão iminente diante da subida acelerada dos juros pelo Fed, sem que o mercado esteja convencido da capacidade que o Banco Central tem de controlar, via juros, uma inflação como a atual. O que farão os *policy makers* diante desse cenário desafiador, pergunta-se o mercado? Qual será a sua prioridade: inflação, desemprego, ou estabilidade financeira?

É nesse cenário internacional turbulento que Lula deverá assumir seu terceiro mandato. A construção de novas parcerias internacionais estratégicas e a reafirmação das já existentes serão decisivas nesse novo contexto. Mas é para o conjunto de políticas públicas – macroeconômicas, social, de investimento, entre outras – que serão apresentadas e quiçá deslançadas desde o início do novo governo que todas as atenções estarão voltadas. Só sairemos das ruínas do bolsonarismo se o novo presidente, desde o primeiro até o último dia do seu terceiro governo, estiver comprometido em superar as armadilhas do neoliberalismo e a implementar uma estratégia de desenvolvimento para construir um país ambientalmente sustentável, socialmente inclusivo e com pleno emprego para todos e todas.

* É professora associada do Instituto de Economia da Unicamp, pesquisadora sênior do Cebri e presidente do Conselho do Instituto de Finanças Funcionais para o Desenvolvimento (IFFD). Concentra suas pesquisas nas áreas de Macroeconomia e Economia Monetária e Financeira.

1 Exceto quando o texto citar outra fonte, todos os dados para a economia brasileira são do IBGE. Os dados para a economia mundial são do FMI.

2 Dados da Pnad Contínua.

3 Engloba desocupados, aqueles na força de trabalho potencial e os subocupados por insuficiência de horas trabalhadas.

4 No ano de 2022, até junho, o IPCA acumula alta de 5,49%, e nos últimos 12 meses de 11,89%.



Politização pra ganhar a eleição e sustentar os novos alicerces da nação

Glauca Campregher*

■ A próxima eleição presidencial se dará num momento mais que crítico da história mundial, e particularmente trágico na história nacional. Não há como pensar esse momento sem um breve retrospecto de como vimos parar aqui. Bolsonaro não teria sido possível fora do contexto do golpe midiático-parlamentar que fragilizou a nossa débil democracia e de um cenário global (mais de inverno que de primavera) de enfraquecimento da esfera política em geral.

O fato é que as democracias burguesas vêm sendo esvaziadas desde dentro pelo neoliberalismo que emergiu nas décadas finais do século passado. Onde este não levou ao empobrecimento, levou à estagnação da participação dos salários na renda e da mobilidade social. As demandas de liberação dos controles sobre bancos e finanças acabaram se expandindo e terminaram por minar o coração da intervenção estatal no capitalismo – seu papel de compensador das desigualdades sociais (que Polanyi chamava seu “duplo movimento”).

O caso é que, no Brasil, a redução do papel do Estado era exigida justamente quando estávamos saindo de uma ditadura e tentando ensaiar nossos primeiros passos na dança do *welfare*, aqui fundamental para resgatar uma dívida social de séculos. Abortar esse processo não foi fácil. Um partido novo precisou ser criado, sem base social e apelando ao núcleo intelectual. E aí vieram as legislações (e as legitimações acadêmicas e midiáticas) para manietar o Estado. Fundamentalmente, foi necessário convencer a população de que o gasto público era exorbitância perigosa, a andar de

braços dados com dois demônios – inflação e corrupção (a serem usados, juntos ou separados, conforme a ocasião). Desde então, a mídia hegemônica bombardeia a população com a mensagem de que o Estado gastador é como o pai de família irresponsável. A desinformação do cidadão é completada com a má formação de economistas e políticos que insistem na balela de que a macroeconomia ainda é aquela, quando mesmo no centro hegemônico ela vacila. Insistem em vociferar que o dinheiro acabou, quando vira e mexe ele mostra sua verdade e surge do nada, como em 2020, para minimizar a tragédia anunciada.

Não é desconhecido, dos dois lados das forças polarizadas, que Bolsonaro foi a cartada final da obra neoliberal. Entre FHC e ele, o interregno petista. Interregno este que não conseguiu reerguer de todo o Estado como planejador, financiador e produtor ele mesmo quando necessário, típicos do nacional-desenvolvimentismo. Muito menos o PT namorou o Estado máximo, a não ser, claro, na fantasia olavista. De fato, o PT politizou muito pouco sua gestão. Sequer doutrinou as bases da população para saírem em sua defesa (como fez o chavismo). Apostou na inclusão via mercado. Verdade que colocou muitos jovens na universidade, mas educação formal não traz consciência política e social, por vezes nem cultura geral. Sequer a Telesur saiu, pois a sensação de que “a Globo é nossa” abateu até mesmo um Zé Dirceu. Lula foi aceito depois de aceitar a santíssima trindade – câmbio livre, metas de inflação e nada de déficits. Só governou porque acionou o gasto público na base da “contabilidade criativa”. Emprego e renda foram gerados, empreiteiras e bancos beneficia-



dos, mas se o PT continuasse no poder, mais dia menos dia o Estado seria fortificado para muito além do pacto firmado, vaticinou o mercado. Com Dilma esse medo ganhou cores de realidade, e ela teve de ser afastada mesmo que o custo a ser pago fosse rasgar a fantasia de modernidade e civilidade do neoliberalismo pseudodemocrático do PSDB.

Bolsonaro é o neoliberalismo sem a fantasia de que este seria possível com democracia. Mas, ao recorrer a ele, nossas elites acabaram por expor uma nudez além da pele. Vimos todos, a olho nu, que nossos liberais estão mais para Paulo Guedes que pra Armínio Fraga; que nossa burguesia está mais pro Velho da Havan que pra Dona Luiza Magalu (e mais pra comercial que pra industrial!); que nosso agro está mais para queimar a floresta que manter os rios flutuantes que fazem chover no Cerrado. Mas o 1/3 de Bolsonaro não é feito só do 1% mais rico ou dos 10% de metidos a ricos. Bolsonaro desnuda a ignorância estrutural das camadas populares, que tem tudo a ver com o racismo estrutural e o patriarcalismo estrutural. Mesmo que a maioria das mulheres, dos pobres e dos negros não o aprove, as minorias destes que o idolatram o tornam um líder populista de peso. Ainda hoje...

E então, dada essa situação, o que poderá Lula? Poderá sim vencer a eleição. Mas mesmo isso não vai ser fácil. Grande parte da população vai votar com o estômago



sim, porque anda vazio, mas os apelos à família e à violência para defendê-la (dos bandidos ou da ideologia de gênero) ainda fazem efeito. E isso porque eles não andam sozinhos, mas juntos com a economia num sentido mais estrutural. Se 56% dos moradores da Região Norte aprovam o trabalho (sic!) de Bolsonaro como presidente (dado das pesquisas apresentadas no número especial da Revista Exame de 22 de junho), e destes 56%, apenas uma parte ínfima é composta de grandes fazendeiros, mineradores, madeireiros e traficantes, isso significa que grande parte da população pobre ali acredita que o Estado é contra ela. Se no Nordeste Lula tem mais chance de vitória certa. É que aí os mais pobres entenderam que o Estado pode ser por eles mais que os mandões locais. Junto aos programas sociais e valorização do salário mínimo que atingiram todo o país, eletrificação rural e cisternas a rodo fizeram uma verdadeira revolução nesta região! Se no Sul as pesquisas mostram que Bolsonaro empata (e até ganha) em muitos municípios, é que aí, mesmo os de renda mais baixa são levados a acreditar que o Estado liberal é que é por eles, pois eles são gente de valor. Fenômeno este que vai sendo agravado quanto mais se sobe na escala de rendimentos (e quanto mais estes se

afastam do trabalho e se devem ao capital). Nestes redutos, os ignorantes tendem a ser arrogantes, e se arrogam a pensar, contra as evidências, que melhoraram de vida com Bolsonaro e que Lula e Dilma estavam fazendo comunismo no Brasil, e não capitalismo com apenas uma pitada de Estado.

Mas e vencidas as eleições, o que será possível fazer? Sabemos que as condições políticas serão difíceis – o leque de alianças teve de recolher os espólios do PSDB e vai ter de acomodar o centrão, vai custar levar as hostes militares de volta aos quartéis, e podemos mesmo contar com ameaças localizadas em regiões de conflito aberto, como na Amazônia – e as econômicas serão limitadas por estas e ainda pela economia mundial em polvorosa em meio à troca do centro hegemônico. Isso justifica a ênfase que Lula tem dado ao “possível” e ao “alicerce” nas suas falas. Mas algo que tem de ser possível, pois é absolutamente necessário: a politização da população, e isso desde a eleição.

Para tanto, a campanha deve ter o cuidado de não ceder ao cálculo de possível do mercado, aquele do tipo - “de onde vai sair o dinheiro?”. Lula tem acertado ao dizer que a “responsabilidade que importa é a social”, e mesmo a nova versão das diretrizes do programa de governo manteve a promessa de revogação do teto de gastos, mas isto não é suficiente para darmos um salto na politização da questão. Falta Lula explicar, no seu vocabulário popular, que os tijolos e o cimento para construir o alicerce da nova nação podem ser mobilizados por dinheiro/dívida emitido pelo Estado. Que gasto público quando há capital e trabalho desempregados não gera inflação mais que momentânea. Que isso já foi feito em momentos cruciais da história em n países, e está sendo feito agora naqueles que têm consciência da gravidade do momento. Apenas a título de exemplo, o Japão está realizando o maior pacote fiscal de sua história¹; obteve apoio do Congresso para aprovar (em 2021) um pacote que era quase o dobro do que os mercados antecipavam. Já nos despolitizados Estados (des)Unidos, o Congresso, depois de muita enrolação, enterrou o Plano Biden com a ajuda de parlamentares demo-

cratas. Mas em 1933, quando Roosevelt assumiu, o primeiro pacote de gastos foi lançado 27 dias depois da posse!

O que fazer por aqui para que Lula esteja mais pra Roosevelt que Biden? Abe que Boric? Essa publicação tem feito a sua parte para popularizar os conhecimentos que provam a importância do multiplicador dos gastos fiscais sobre as economias nacionais, os que denunciam o monetarismo carcomido por trás da equivocada política de elevação de juros para conter inflação, os que defendem finanças funcionais em lugar das pseudoresponsáveis. Tomara que essa mensagem ganhe corações e mentes em todas as partes, incluindo o núcleo duro da campanha de Lula. Bem sabemos que eleito, ele terá Congresso, mídia e procuradorias novamente nos calcanhares; fora o bolsonarismo, que não irá desaparecer com Bolsonaro. A população terá de ver as coisas melhorando e rapidamente, e terá de associá-las às ações de gasto do governo e não aos seus próprios talentos ou à graça divina. Para tanto, não podemos deixar de formar, desde já, a opinião pública que irá defender o governo nas redes e nas ruas, e a equipe de governo que saberá que interesses defender. Se o governo fracassar, um novo Bolsonaro retornará.

** É professora de Economia na Ufba, com mestrado e doutorado pela Unicamp, tendo passado pela UFU e UFRGS, além de ter feito parte da gestão Olívio Dutra no estado do Rio Grande do Sul como Diretora de Planejamento. Hoje é também vice-presidente do Instituto de Finanças Funcionais para o Desenvolvimento (IFFD).*

1 Contra tudo o que o mainstream diz ser possível, o BOJ detém hoje mais de 50% da dívida japonesa. In <https://asia.nikkei.com/Economy/Inflation/Bank-of-Japan-s-government-bond-holdings-exceed-50-of-total#:~:text=According%20to%20the%20QUICK%20database,in%20February%20to%20March%202021>.



Regras fiscais: sem revisão, não há solução

Renata Lins*

■ A palavra corrente por aí é que “o que vai definir esta eleição é a economia”. Parece que isso é consenso em todos os espaços. Proponho uma parada para pensar um pouco no significado desta frase, lembrando inclusive da eleição passada, em que foram, a meu ver, as decisões do Legislativo e o apoio da mídia que definiram a eleição.

Com efeito, caso não tivesse acontecido um *impeachment* de presidenta legitimamente eleita (numa campanha extremamente dura, diga-se), por motivo fútil – as tais “pedaladas” que viraram “crime de responsabilidade” na medida para tirar Dilma, e depois se recolheram à sua insignificância de expediente desde sempre utilizado pelos mais variados governos. Mas a mídia, insuflada pela famigerada Operação Lava-Jato – vinculada ao agora desacreditado ex-juiz Sérgio Moro e a um grupo de procuradores irresponsáveis –, deu força, desenhou, pisou e repisou que Dilma era responsável pelos piores crimes, de tal forma que o cidadão comum que se informa basicamente pela TV se viu compelido a tomar as ruas e bradar pelo *impeachment*, pela “volta à moralidade”, contra a “corrupção”.

É até engraçado escrever isto nos dias de hoje, em que o descalabro toma conta do país; no entanto, a mídia não parece encontrar as palavras certas para falar disso. Talvez porque tenha ido tanto para o lado de lá que está com dificuldade de executar o cavalo de pau agora para voltar.

Enfim. Voltemos à “economia”, que, dizem, definirá a próxima eleição.

Não há dúvidas que com a atual situação de desemprego, precarização, volta da fome, falta de projetos, falta de transparência e absoluto despudor dos governantes ao governar para si próprios, como nunca antes

se viu neste país (nem na ditadura, ousaria dizer), a economia está no centro da eleição.

É fundamental que se retome alguma perspectiva, algum olhar para frente: retomada de investimentos, tanto em infraestrutura como nas combatidas áreas de saúde e educação; investimento nos centros de excelência de produção científica e nas universidades; investimento em estradas, em hospitais, escolas, moradias para a população de baixa renda, cisternas no semiárido, polos de emprego em pequenas e médias cidades, retomada do cuidado com a Amazônia e suas populações e tantos outros temas, todos eles urgentes, todos eles para ontem.

Mais do que isso, é fundamental que se assegurem recursos para a manutenção dos investimentos já feitos – manutenção de estradas, de escolas, de universidades, de hospitais e postos de saúde, para o equipamento com o material necessário à utilização adequada desses espaços. De nada adianta o investimento na construção de uma nova escola se não houver dinheiro para pagar professores, merendeiras, pessoal administrativo, faxineiros; se não houver dinheiro para pagar o material a ser usado em sala de aula. De nada adianta montar um hospital, caso não haja gasto permanente em gaze, seringas, medicamentos variados, sabão, toalha, roupa de cama, material de limpeza pesada. E assim seguimos com tantos outros exemplos possíveis. O investimento é importante, decerto; mas não se pode esquecer que o custeio é fundamental para a viabilidade desse investimento.

E em que situação nos encontramos hoje? Os desafios são bastante claros, imensos e prementes. E, para fazer face a eles, é fundamental que o novo governo tenha capacidade de utilizar o gasto público como ferramenta a favor do crescimento e



do desenvolvimento, tirando o país da grave situação em que se encontra. Só que temos um obstáculo de monta: as nossas restritivas regras fiscais – a saber, a Regra de Ouro inscrita na Constituição de 1988 (artigo 167 da Constituição Federal), a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº101/00) e a emenda do Teto de Gastos (EC 95). Ora, no mundo, a questão das regras fiscais, após um longo período em que eram um relativo consenso, volta ao centro da discussão econômica após a crise de 2008 e, sobretudo, após a pandemia de 2020-2021. De fato, a crise e mais ainda a retração devido à pandemia deixaram claras as insuficiências deste arcabouço macroeconômico, no que tange à retomada do crescimento e do emprego, na busca de um patamar a partir do qual se possa novamente vislumbrar uma trajetória ascendente. Aqui, a estratégia do governo atual foi, após ter decretado Estado de Calamidade no ano de 2020, com o qual conseguiu (corretamente) passar ao largo das restrições legais para atender à necessidade de gastos de apoio à população durante a quarentena, bem como gastos para obtenção de vacinas contra a Covid-19, reverter brutalmente a situação em 2021.

Assim, dado que a crise permanecia, o governo Bolsonaro encontrou uma maneira bem adequada ao seu *modus operandi* de burlar a legislação: as emendas de relator, transformadas em enorme cumбуca em que se joga dinheiro a rodo, retirado por pessoas muitas vezes desconhecidas para propósitos pouco claros. Em matéria de 6 de julho¹, diz a Folha de São Paulo: “Até o momento, às vésperas do início da campanha eleitoral, R\$ 12,1 bilhões em emendas de relator já foram negociados com os líderes do Congresso e com Hugo Leal (PSD-RJ), deputado que é relator do Orçamento deste ano”. E segue: “Desse total, quase um terço – R\$ 3,8 bilhões – foi prometido para os chamados usuários externos”. Os “usuários externos” são pessoas de fora do Congresso. Não é difícil perceber que este estado de coisas leva o orçamento para o oposto do que deveria ser um orçamento de qualidade: obscuro, opaco, atendendo a interesses escusos e não explicados.

Ao mesmo tempo, as restrições sobre os gastos sociais e sobre os investimentos se mantêm como totem intocável, já que as regras fiscais existentes são tratadas como as Tábuas da Lei de Moisés, na contramão do movimento observado na maioria dos países, em que a crise de 2008 ensejou uma reflexão sobre a necessidade de flexibilizar ou até de eliminar essas regras, particularmente em momentos críticos como o atual. Este horror à flexibilização das regras fiscais está associado, me parece, à origem da Lei de Responsabilidade Fiscal, que vem do governo FHC, com o propósito declarado de trazer transparência e organizar as contas públicas, nacionais e subnacionais. A LRF ficou indissolúvelmente ligada ao final das décadas de inflação alta, a partir do Plano Real. Por isso, as pessoas reagem com pânico à ideia de discutir qualquer modificação nesta lei. Criou-se e consolidou-se uma cultura de defesa da LRF e de seus pressupostos, que se iniciou com a própria lei e a forma escolhida pelo governo para divulgá-la. Ora, o consenso firmado em torno de sua legitimidade tornou cada vez mais difícil o questionamento de qualquer dos seus aspectos, já que a lei passou a ser vista como indispensável (integralmente) para o bom funcionamento da economia nacional.

É inegável que a LRF foi importante no sentido de organizar e “profissionalizar” o orçamento de estados e municípios: no entanto, embora não pareça ter sido este um objetivo explícito, o viés de “saneamento das finanças” dos formuladores da lei embutia uma rigidez quanto aos gastos que já renunciava as dificuldades que posteriormente se verificariam para que o Estado cumprisse seu papel de estimulador do crescimento e provedor do bem-estar social. Isso é ainda mais verdade quando se trata dos entes subnacionais, que viram suas obrigações crescerem subitamente, sem que as fontes de receita para os novos gastos obrigatórios estivessem claramente definidas e sem a capacidade de criar novos impostos para financiá-los. Além disso, é a partir da LRF que a Regra de Ouro, embora existisse desde a Constituição de 1988, pas-

sa a ser de fato aplicada e vista como um limite concreto à realização de gastos.

Por último, a EC 95, aprovada de roldão, sem que nunca houvesse uma discussão séria com os economistas que se opunham a esta emenda e avisavam das dificuldades a vir, veio tornar a situação ainda mais complexa, visto que o Teto de Gastos cria, por emenda à Constituição, uma nova regra, mais rígida do que a existente: a partir de 2016, o volume de gasto público autorizado no orçamento passa a ser reajustado apenas pela inflação, por 20 anos em emenda constitucional (o que o torna único no mundo). É importante observar que, se o gasto real permanece estável, com o crescimento da população, o gasto/população cai permanentemente e a cada período. Assim, esta regra, mais do que uma simples regra fiscal, está inserida em um projeto que visa reduzir o tamanho do Estado na economia. Além de ser pró-cíclica, ao contrário da regra anterior, o limite de gasto definido pelo teto é totalmente impermeável ao aumento de receitas: isto equivale a dizer que, na retomada, mesmo que as receitas do governo se elevem, este permanece impedido de elevar seus gastos. Os gastos estão fixados independentemente do crescimento da economia e das receitas. É evidente que tal regra constitui uma barreira não-desprezível à atuação do governo enquanto provedor de bens e serviços públicos, bem como enquanto agente de reversão na crise.

Fica então evidente que, na perspectiva de um novo governo que queira de fato investir na mudança, a discussão da revisão das regras fiscais é fundamental, sob pena de engessamento completo na grave situação em que o Brasil se encontra. É importante que se tenha consciência disso desde já.

* É doutoranda do Programa de Políticas Públicas e Desenvolvimento (PPED) do IE/UFRI e membro do Grupo de Economia do Setor Público (Gesp) do IE/UFRI e do Centro de Estudos sobre Desigualdade e Desenvolvimento (Cede) da UFRI e UFF.

1 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/07/congresso-usa-brecha-e-esconde-padrinho-politico-de-13-das-emendas-de-relator.shtml>

Desafios e estratégias para o próximo governo

Antonio Corrêa de Lacerda*

■ A semiestagnação do crescimento econômico e o baixo nível de investimentos geraram um passivo social imenso: 27 milhões de brasileiros estão fora do mercado de trabalho, cerca de um quarto da População Economicamente Ativa; mais de 60 milhões padecem de insegurança alimentar, sendo que 33 milhões enfrentam a fome diariamente. Há ainda déficits nas áreas ambiental e dos serviços públicos, como saúde, saneamento, educação, segurança e mobilidade, após o retrocesso de 2019-2022. O atropelo e desintegração do Estado Democrático de Direito, das instituições e da Constituição são notórios.

Reconstruir o País e a Nação envolverá a premência de um governo federal determinado e comprometido com a mudança. Mas também no âmbito estadual, tanto o Executivo quanto o Legislativo terão papel relevante. A própria sociedade também tem sua parcela de responsabilidade e precisa ser mais proativa.

Sob o ponto de vista da política econômica, superar nossas mazelas implicará uma profunda mudança de rumos. Daí a importância do financiamento para a retomada do crescimento da economia brasileira. Especialmente em um momento em que a economia brasileira vive os desafios oriundos da pandemia de Covid-19, que afetou a todos, mas particularmente o Brasil; os reflexos da guerra Rússia-Ucrânia, a nova configuração geopolítica, que tem trazido inclusive implicações para as cadeias internacionais de suprimentos; tudo isso nos coloca enormes desafios, mas também oportunidades para o desenvolvimento brasileiro.

Mas a par das questões mais de ordem conjuntural, há questões estruturais. Sabemos que os investimentos exercem papel muito relevante para a superação do longo ciclo de recessão seguida de estagnação pós-2016. A média da formação bruta de ca-

pital fixo em relação ao PIB, que é o total dos investimentos realizados na economia brasileira, envolvendo, além da infraestrutura, máquinas e equipamentos, em média é apenas 17% do PIB. A média global é 26% do PIB, e entre os países em desenvolvimento, 33% do PIB. Temos um longo caminho a ser percorrido para sustentar o crescimento da economia. Isso depende de investimentos os quais carecem de financiamento.

Para isso, há quatro elementos fundamentais e determinantes para a qualificação do debate a respeito desse grande tema de relevância nacional e também internacional. A primeira questão que temos que superar, superar os mitos, é a falsa dicotomia Estado x mercado. Na verdade, as boas práticas e literatura internacionais denotam que o papel do Estado é fundamental, mas também o setor privado exerce algo muito relevante para o desenvolvimento das economias. O erro estaria em atribuir somente a um deles essa tarefa. Claramente o que se denota das boas práticas é que o Estado tem papéis que são imprescindíveis. Especialmente para a economia brasileira, que apresenta graves distorções, da ordem de concentração de renda, desequilíbrios regionais e grandes desafios a serem enfrentados. Assim como a iniciativa privada tem seu papel determinante.

Portanto, é na configuração dessas duas frentes, do Estado como planejador, como impulsionador do desenvolvimento, e da iniciativa privada na realização de muitas atividades, é que você pode dar a combinação adequada para esta grande tarefa.

O segundo aspecto, que também é muito relevante e igualmente uma falsa dicotomia, é contraposição de poupança e investimento. A economia tradicional, a teoria ortodoxa, sempre colocou a poupança como um pré-requisito para o investimento. Mas a experiência empírica e a boa literatura têm demonstrado, numa inspiração keynesiana ou pós-keynesiana, que a poupança é parte do



processo, ou melhor dizendo, é o resultado do processo. O investimento pode ser financiado via crédito, via financiamento, e, a partir da realização dos investimentos e seus efeitos sobre a demanda efetiva, gerar, como resultado, formação de poupança. Portanto, não se trata de um pré-requisito a formação de poupança, mas algo que vem no processo. Daí o papel muito importante que vem do sistema nacional de fomento, de financiamento: ele é fundamental para estimular, juntamente com o mercado de capitais, as demais frentes, a possibilidade de, via crédito e financiamento, realizar os investimentos que, como sabemos, respondem à expectativa futura de demanda e à rentabilidade marginal do capital. Um bom ambiente econômico, uma boa perspectiva de crescimento e de retorno é que estimulam os investimentos para os quais a poupança não é, felizmente, um pré-requisito, mas um resultado do processo. É nesse sentido que se torna fundamental contar com instrumentos de financiamento para o processo.

O terceiro aspecto a ser destacado é o papel do investimento estrangeiro. O investimento estrangeiro exerce um papel complementar na maioria das economias. Particularmente, o investimento direto estrangeiro está entre aqueles que ajudam muito na formação bruta de capital fixo. Mas é preciso dizer que, embora o Brasil esteja, há vinte anos pelo menos, entre as dez maiores nações receptoras de investimento direto estrangeiro, este, mundo afora, tem apenas papel complementar. Não há casos mundo afora, nem nos

Estados Unidos, nem na China, que são grandes receptores de investimento direto estrangeiro, em que este tenha sido o fator preponderante na realização de investimentos. Na verdade, na média mundial, o investimento direto estrangeiro participa em cerca de 10 a 15% da formação bruta de capital. Ou seja, 85% do investimento é de fonte doméstica. O investimento direto estrangeiro, especialmente em áreas que o país não domina tecnologia, saberes, é extremamente relevante, pode ser um impulsionador da participação do Brasil nas cadeias internacionais de valor, mas ele não é o protagonista. O protagonismo deve vir mesmo de frentes nacionais e domésticas de financiamento e, portanto, de investimento.

O quarto ponto que é muito relevante é a contraposição entre crescimento e desenvolvimento econômico. Sabemos que o crescimento econômico é uma medida quantitativa, enquanto o desenvolvimento, em sua acepção mais ampla, que envolve as dimensões econômica, social e ambiental, na verdade envolve muito mais o aspecto qualitativo. Mas tendo em vista as carências brasileiras, superar estas debilidades e corrigir distorções da regres-

são que tem ocorrido na questão ambiental no Brasil passa necessariamente por uma nova dimensão de desenvolvimento, para a qual o crescimento econômico se mostra imprescindível. O crescimento econômico não é uma condição suficiente, mas é necessária para um país com as nossas debilidades.

Neste sentido, por último, mas, não menos importante, são relevantes os 3 “Ds” que representam os desafios e oportunidades para a economia brasileira: Desestatização, Desnacionalização e Desindustrialização. O primeiro é Desestatização: é um grande equívoco imaginar que a privatização de empresas por si só possa ser a solução para os problemas brasileiros. Isso porque, além de ser um equívoco imaginar a desestatização apenas como uma forma de geração de caixa, de recursos, ainda há o aspecto regulatório, que é fundamental para preservar o bom ambiente

econômico, a segurança do cidadão e a segurança dos consumidores.

O segundo “D” importante é o da Desnacionalização. Sem nenhum traço de xenofobia, temos que enfrentar a desnacionalização que vige na economia brasileira, isso porque os agentes locais, seja no âmbito das empresas, das universidades ou dos institutos de pesquisa, são instrumentos fundamentais para a viabilização do desenvolvimento.

O terceiro “D”, de Desindustrialização, que infelizmente nos atinge precocemente, precisa ser rapidamente revertido. Não basta recuperarmos a indústria que o Brasil viabilizou com sucesso no século XX, mas sobretudo adaptá-la, recriá-la para os desafios do século XXI, que envolve a indústria 4.0, a nanotecnologia, a internet das coisas, a tecnologia 5G, na transição para a economia verde, a economia digital e a sustentabilidade.

Estes são grandes desafios, mas contraditoriamente também oportunidades que se apresentam para a economia brasileira. Neste sentido, o financiamento se transforma numa mola propulsora para viabilizar a grande mudança que precisa ser feita, a grande transformação para o desenvolvimento. O Brasil tem enormes potencialidades pra isso, tem conhecimento, tem *know-how*, tem instituições que são relevantes e poderão representar uma grande oportunidade de desenvolvimento. Mas isso não será automático, nem tampouco um movimento espontâneo: tem que ser induzido por um governo legítimo e comprometido com o desenvolvimento socioeconômico e ambiental, conduzindo a Nação para o desenvolvimento.

** É presidente do Conselho Federal de Economia (Cofecon), doutor em Economia pelo IE/Unicamp e professor doutor e coordenador do Programa de Pós-graduação em Economia Política da PUCSP. É autor/coautor de mais de 20 livros, dentre os quais, é organizador e coautor de O mito da austeridade (Editora Contracorrente).*



É a economia, estúpido!

Marcelo Dias Carcanholo*

■ A famosa frase de um estrategista de campanha eleitoral nos EUA, trinta anos atrás, bem poderia ser a síntese do que se deve escutar pelos corredores do atual governo brasileiro. Não que as eleições deste ano sejam apenas sobre Economia. Toda a devastação ambiental, prática e institucional, promovida pelo atual governo, aliada à intensificação dos conflitos agrários e combate explícito aos direitos de povos originários, ao acobertamento e promoção da violência misógina, racista e homofóbica, à ampliação do armamentismo e dos valores ultra reacionários também estará na pauta eleitoral.

Mas toda essa temática que formou a aliança neoconservadora – chamada por algumas análises de neofascista – não está em discussão no bloco de poder do atual governo. Talvez existam algumas fricções sobre o ritmo em que essa boiada passou, ou deveria ter passado, mas certamente não há discórdias sobre o seu sentido. As eleições – não só as presidenciais – poderão ser consideradas uma espécie de plebiscito para saber o grau de (neo)conservadorismo da sociedade brasileira.

A frase que intitula este artigo, entretanto, especula sobre fortes discussões que certamente devem estar ocorrendo, neste exato instante, na cúpula do atual governo. Nas eleições passadas, a agenda (neo)conservadora foi vendida em conjunto com uma estratégia neoliberal de aprofundamento das privatizações, da austeridade fiscal, da desestatização da vida e de mais (e infinitas) reformas (trabalhista, previdenciária, tributária, política, etc.).

O que se vendia é que em um Estado profundamente corrupto não bastava eliminar a corrupção, mas devia-se necessariamente reduzir a presença do mesmo no ambiente econômico. A livre iniciativa, a concorrência, o ambiente de negócios é que promoveriam a volta dos investimentos (privados, externos e internos), do crescimento,

dos empregos e, por conta dos aumentos consequentes de produtividade, um melhor perfil distributivo. A promessa era de que já no primeiro ano de governo o novo ambiente seria sentido.

O que se viu? Exatamente o contrário. A economia brasileira se encontra hoje, às vésperas da eleição, em um profundo ambiente de estagflação, uma combinação (estagnação econômica e crescimento inflacionário) difícil de ser obtida e, normalmente, atribuída a políticas econômicas heterodoxas, avessas ao bom e velho livre funcionamento de uma economia de mercado. Quem diria que seria uma equipe capitaneada por um doutor de Chicago, o que há de mais ortodoxo e conservador em Economia, que lograria tamanho feito! O fato indiscutível – até entre eles – é que a promessa na Economia não vingou.

Mas como todo bom economista, sempre o modelo admite as chamadas hipóteses *ad hoc*, que ajudam a preservá-lo, mesmo quando a dura prova da realidade parece levá-lo à lona. Tentando vislumbrar quais poderiam passar pela cabeça dos economistas do governo, só existem três possibilidades lógicas, que podem até vir combinadas, definindo um leque explicativo do por que, na prática, a teoria (deles) não funcionou.

Em primeiro lugar, a economia brasileira está em estagflação porque o mundo está nessa situação. As principais economias do mundo estão em recessão, o que explica porque nossas exportações não crescem como deveriam, o fluxo de capitais não ingressa como se esperava, tendo efeitos na taxa de câmbio, nas contas externas, e nas taxas internas de juros, enrijecidas também pelos seus patamares externos e pela necessidade de combater a inflação aqui e acolá. Como os principais produtos, *commodities*, têm seus preços internacionalizados, dolarizados, a inflação mundial acaba contaminando os preços domésticos, que, com a pressão sobre a taxa de câmbio, ainda apresentam maior crescimento.





Esta primeira explicação parece definitiva, e ainda contribui para afastar do governo qualquer responsabilidade pela crise atual da economia brasileira. Mas se o cenário externo é assim tão desfavorável, ao menos duas questões ficam em aberto. Por um lado, se frente ao cenário externo desfavorável não há o que fazer, para que (re) elegermos um governo que, de saída, admite que não tem (ou sabe) o que fazer? Por outro lado, quando ele procurou fazer algo frente ao cenário externo desfavorável, a crise pandêmica, em específico, sua primeira (não) resposta foi apostar em uma política pró-cíclica (mais austeridade e intensificação das reformas), quando o mundo inteiro já fazia o óbvio, políticas monetária e fiscal anticíclicas. Só em um segundo momento é o que o governo optou pelo óbvio e, mesmo assim, com políticas monetárias e creditícias que privilegiaram os grandes capitais e setores agroexportadores, e políticas fiscais extremamente tímidas na duração, alcance e valores dos auxílios para a população mais atingida pela crise pandêmica.

A segunda explicação seria justamente a pandemia. Tudo vinha bem até o final de 2019; a economia brasileira estava decolando, nas palavras do atual ministro. A pandemia e, no mundo negacionista do atual presidente, a insistência pelo *lockdown* e distanciamen-

to social, seriam as responsáveis pela crise da economia brasileira. A implicação direta dessa hipótese é que, passada a pandemia, a economia voltaria para sua rota normal de decolagem. Isso talvez explique a pressa do governo para decretar o fim da emergência sanitária, quando vivenciamos níveis de contágio (e mortes) ainda preocupantes.

Mas essa hipótese tampouco passa no teste da realidade. A economia brasileira tinha caído 3,5% tanto em 2015 quanto em 2016, e crescido apenas 1,3% em 2017 e 2018. No ano seguinte, o primeiro do atual governo, ainda sem a pandemia, obtivemos impressionantes 1,1%. Ou seja, mesmo antes da disseminação da pandemia, a promessa do governo já tinha afundado. As taxas de desemprego continuavam elevadas, em torno de 12% da população economicamente ativa, e o emprego ampliava sua informalidade. As transações correntes do balanço de pagamentos apresentaram o maior déficit desde 2015, e o saldo positivo na balança comercial caiu cerca de 40% frente ao ano anterior; e em recessão! Uma proeza. A pandemia só agravou um quadro já estabelecido.

A terceira e última hipótese do porquê da economia brasileira estar em estagflação é a guerra da Ucrânia. Esta hipótese deve estar combinada com a segunda, constituindo o caráter desfavorável do cenário exter-

no. Afinal, esta guerra implicou forte encapecimento do petróleo e de outros recursos energéticos, ao mesmo tempo em que reduziu fluxos comerciais e ajudou a ampliar a desestruturação de amplas cadeias produtivas. Recessão e inflação são as consequências. Novamente, o papel de agravamento da situação da pandemia e da guerra é inegável, mas não são a causa. A questão sempre é dupla: qual é a estratégia de desenvolvimento proposta; e quais são os instrumentos de política econômica à disposição para enfrentar conjunturas adversas. O atual governo falhou nas duas. Sua estratégia já não mostrava sinais de recuperar a economia e os instrumentos de política, quando utilizados, só pioraram a situação.

Para ser rigoroso, existem outras duas hipóteses. Uma delas parece ser a estratégia eleitoral atual; a outra, se é pensada ou concebida, não pode ser publicizada. A primeira é a famigerada síndrome da imunidade autoatribuída do argumento liberal. Como nunca teremos uma economia 100% mercantilizada, isto é, em economias capitalistas o Estado tem algum papel inexoravelmente, sempre há espaço para um liberal sustentar que falta mercado (reformas). Não por outra razão, neste pífio final de governo, procuram ser aceleradas as privatizações de Eletrobrás e Petrobrás, com a mensagem explícita de que não deu para fazer tudo (caráter corrupto e engessado do Estado), nem no ritmo desejado (letargia do meio político). Corrupção, antipolítica e a agenda (neo) conservadora são resgatadas para incensar, uma vez mais, a agenda liberal.

A outra hipótese, se estiver acessível às brilhantes mentes do atual governo, não pode ser publicizada. E se a estratégia de desenvolvimento (liberal) estiver errada? Nesse caso, tudo estaria errado, desde 2018, ao menos no tocante à agenda econômica.

Se há algum realista na equipe de campanha do atual presidente, o que envolve perguntar-se o que deu errado, sua resposta parece óbvia: foi a economia, estúpido!

** É professor titular da Faculdade de Economia da UFF e membro da diretoria da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP).*

O favoritismo de Lula e a resiliência de Bolsonaro

Luiz Filgueiras*

■ Nos próximos meses, teremos as eleições para Presidência da República e Congresso Nacional e o fim do governo Bolsonaro. Portanto, Jair Bolsonaro, eleito fraudulentamente em 2018, com a ajuda ativa e articulada da “Operação Lava-Jato”, do Ministério Público Federal, do Supremo Tribunal Federal e da grande mídia corporativa, e com o uso indiscriminado de *fakes* difundidas através das redes sociais, conseguirá completar o seu trágico mandato.

Com o conjunto criminoso de sua obra – o negacionismo frente à pandemia da Covid e o boicote a todas as medidas necessárias ao seu enfrentamento (resultando em quase setecentos mil mortos), o desmonte do Estado e de suas instituições, as agressões à democracia e ao Estado de Direito, a devastação da Floresta Amazônica, a tentativa de destruir a educação pública e interditar o desenvolvimento cultural do país, entre outras barbaridades –, nenhum outro presidente passaria incólume: seria retirado do cargo.

Apesar de todas as pesquisas apontarem o favoritismo do ex-presidente Lula para vencer a eleição, elas também revelam que Jair Bolsonaro ainda tem o apoio de, mais ou menos, 30% dos eleitores – mesmo com a perda que sofreu em razão de sua atuação durante a pandemia e de seus ataques à democracia. Mais especificamente, elas evidenciam que quanto maior o nível de renda do eleitor, maior é esse apoio, o que indica a natureza programática do Golpe que levou Temer, e depois Bolsonaro, à Presidência da República.

Todas as ações desses dois governos (reformas e políticas econômicas) aprofundaram o caráter neoliberal (estrutural) do padrão de desenvolvimento capitalista de-

pendente do país, cujas consequências deletérias para a maioria da população haviam sido moderadas durante os governos de Lula e Dilma: a então conjuntura internacional muito favorável possibilitou a flexibilização do regime de política macroeconômica herdado do segundo governo FHC, permitindo a adoção de um amplo leque de políticas sociais e uma retomada do papel do Estado no processo de acumulação.

A identidade do grande capital com as grandes linhas programáticas do neoliberalismo não é novidade; isso ocorre no Brasil desde o início dos anos 1990, com o governo Collor. De lá para cá, o bloco no poder, no comando do Estado, sofreu duas inflexões – uma no início do segundo governo FHC e outra no segundo governo Lula – que alteraram as posições das diferentes frações da burguesia no seu interior e implicaram mudanças nos regimes de política macroeconômica, mas com a manutenção do mesmo padrão de desenvolvimento. Os governos Temer e Bolsonaro não inovaram muito: retornaram com o tripé macroeconômico rígido, mas radicalizando as reformas e políticas econômicas de aprofundamento do Padrão de Desenvolvimento Liberal-Periférico.

Mas a competitividade eleitoral de Bolsonaro não pode ser resumida ao apoio do grande capital, em especial de sua fração financeira-comercial. A grande novidade de Bolsonaro e de seu governo é que eles são expressão da existência de um movimento de extrema-direita, de caráter neofascista – que, aliás, é um fenômeno mundial, relacionado às consequências, nos últimos quarenta anos, do capitalismo financeirizado sob hegemonia ideológica do neoliberalismo. Bolsonaro e seu governo não representam simplesmente um “populismo de direita” – conforme caracterizado pela grande mídia



corporativa e por muitos intelectuais e estudiosos. Essa qualificação reduz a gravidade do fenômeno, normalizando-o, e serve politicamente para identificar um “populismo de esquerda” que, supostamente, se igualaria ao outro com sinal trocado.

Esse movimento neofascista, de origem na classe média, mas que se difundiu para além dela, está presente nas forças de segurança (militares, civis e paramilitares), igrejas evangélicas (em especial as suas denominações (neo)pentecostais), instituições da Justiça e grande mídia corporativa, no Ministério Público e nos parlamentos. Fortemente articulado através das redes sociais, ele está enraizado na sociedade e é a vanguarda do bolsonarismo e sua principal arma. Por isso, a derrota eleitoral de Bolsonaro significará uma forte derrota desse movimento, mas não decretará o seu fim.

Em suma, a resiliência de Bolsonaro se explica tanto pelo apoio do grande capital, como pela existência de um movimento neofascista fortemente mobilizável e atuante nas redes sociais e para além delas. E que constituiu uma identidade própria, distinta da direita neoliberal tradicional, inclusive retirando-lhe o seu espaço político e desidratando os seus partidos.

Entretanto, as razões para não ter tido a abertura de um processo de *impeachment* contra Bolsonaro vão além do poder de seus apoiadores e do movimento neofascista. A oposição liberal, dividida entre, de um lado, o apoio às reformas e políticas neoliberais do governo Bolsonaro e, de outro, a crítica às agressões ao Estado de Direito e à “guerra cultural” patrocinadas por ele, não apostou em nenhum momento em sua derrubada – sempre temerosa do que poderia vir depois. Em outro campo, a oposição de esquerda não teve força para comandar um movimento de massa pelo *impeachment*, que pudesse derrotar a maioria parlamentar bolsonarista e/ou fisiológica, cuja expressão maior é o “Centrão”. Igualmente importante foi a sua falta de convicção, por diversas razões, de que o *impeachment* seria a melhor solução – apostando, principalmente, na via eleitoral, ou seja, derrotar Bolsonaro nas urnas.

A situação atual é de elevada probabili-

dade de vitória eleitoral de Lula, talvez ainda no primeiro turno; o que seria importante, para desmoralizar de vez a ameaça, na verdade um blefe, sistematicamente reiterado por Bolsonaro, de que haverá um golpe – utilizando como motivo a suspeição das urnas eletrônicas. Mas não haverá golpe algum, nem antes, nem durante e nem depois das eleições: não há apoio político, nem interna nem externamente. Mas, mesmo assim, ele tentará tumultuar o processo o tempo todo. Além disso, através da “PEC eleitoral” aprovada, distribuirá “bondades e auxílios” de diversos tipos, na tentativa de reduzir a sua enorme rejeição, agravada pela atual conjuntura: estagnação econômica e aceleração inflacionária (acima de 10% no acumulado de 12 meses), taxa de desemprego de 9,8% no trimestre encerrado em maio (10,6 milhões de desempregados), 33 milhões de pessoas na miséria (a volta do país ao “mapa da fome”) e inúmeros casos de corrupção (sendo o mais recente o de apropriação de dinheiro público no MEC).

No atual quadro econômico-político, a candidatura de Lula é a única alternativa com capacidade de derrotar Bolsonaro e o neofascismo; a tentativa, por parte da direita neoliberal, de construir uma falsa 3ª via, de “centro”, naufragou: todos os seus postulantes, com exceção de Ciro Gomes, apoiaram o Golpe de 2016 e, depois, Bolsonaro em 2018 (no primeiro e/ou segundo turno), com alguns até participando do governo. Até aqui fracassada, a probabilidade é que parte de seus minguados eleitores migrem, ainda no primeiro turno, para Lula ou Bolsonaro.

Mais do que em 2002, Lula e o PT vêm tentando construir uma frente, a mais ampla possível, contra Bolsonaro e o neofascismo e que, até o presente momento, vem sendo bem-sucedida: além da esquerda e de forças genuinamente democráticas, ela agrega até parte das forças neoliberais que protagonizaram o Golpe, se juntaram a Jair Bolsonaro e depois o abandonaram. Ficam de fora, por enquanto, o núcleo mais duro do agromercado e do capital financeiro (vanguarda do neoliberalismo), o segmento do grande e médio empresariado (principalmente das áreas de serviços e do comércio varejista e/

ou articulado com o crime organizado) e a maior parte da alta classe média agarrada econômica, política e ideologicamente ao capital financeiro.

A vitória de Lula é, sem dúvida, crucial para a democracia, o primeiro passo para a derrota do neofascismo e a reconstrução do país, além de um alento para a América Latina; mas ela só será efetiva, e duradoura, se na sequência o governo Lula avançar na redução estrutural da desigualdade. A oposição entre democracia e desigualdade/superexploração do trabalho sempre está no centro da disputa política, marcando, de um modo ou de outro, as sucessivas conjunturas. A ampliação e o avanço da democracia necessitam da redução da desigualdade, e esta necessita do aprofundamento da democracia; ambas se condicionando mutuamente.

Os acontecimentos recentes alertam que: 1- A conciliação de classe, num “jogo de ganha-ganha” só é possível em conjunturas econômicas favoráveis; em situações contrárias prevalece o dito “farinha pouca, meu pirão primeiro”. 2- Bastou um período de desaceleração da economia para que as classes dominantes e seus agentes planejassem e executassem um golpe – que anulou rapidamente quase todas as conquistas importantes, mas superficiais (não estruturais), que haviam sido conseguidas anteriormente.

Agora, as circunstâncias estão mais desfavoráveis do que em 2002, tanto internacionalmente quanto, principalmente, no ambiente doméstico. Por isso, a mobilização dos setores populares para “empurrar” o esperado governo Lula para a esquerda, para ir além da experiência anterior e garantir e consolidar as conquistas eventualmente obtidas, é decisiva. A correlação de forças atualmente desfavorável para perseguir esse objetivo não pode ser justificativa para não se tentar avançar. O aprofundamento da democracia só se realiza através do questionamento permanente da correlação de forças existente, no sentido de modificá-la em favor das classes trabalhadoras e demais segmentos dominados da sociedade.

* É professor titular aposentado da Faculdade de Economia da UFBA.

2022: ano decisivo para o futuro da nação

Carmem Feijo*

■ A economia brasileira perdeu a capacidade de crescer e encontra-se estagnada desde meados da década passada. De 2014 (último ano antes da recessão de 2015-2016, quando a economia cresceu 0,5%) até 2021, a taxa média de crescimento do PIB foi negativa de 0,2% a.a. No primeiro trimestre de 2022, o PIB não alcançou o de 2014, ou seja, a economia ainda não se recuperou da recessão de 2015-2016. A taxa de investimento, por sua vez, variável chave para a retomada do crescimento, também não se recuperou, apesar da política econômica voltada para a crescente desregulamentação da economia para atrair poupança externa. De 2014 até o primeiro trimestre de 2022, a formação bruta de capital fixo recuou em média 2,0% a.a. O componente da demanda agregada a apresentar melhor desempenho são as exportações, que desde 2021 estão sendo puxadas pelo bom desempenho das *commodities* que o país exporta. Porém, este estímulo não é duradouro, uma vez que o ciclo de preços tende a se reverter, como historicamente se observa.

O lado mais dramático da estagnação da economia é a deterioração das condições do mercado de trabalho, com crescente informalidade e queda no rendimento médio real. O resultado do desemprego no trimestre terminado em maio de 2022 apresentou taxa de 9,8%, a primeira abaixo de dois dígitos em seis anos. No entanto, o emprego que mais aumenta é o informal e novos empregos formais se dão com salários inferiores aos empregos extintos; em consequência, o rendimento médio real do trabalho está em queda desde o segundo semestre de 2020. Em relação ao mesmo trimestre de 2021, a queda no rendimento médio real foi de 7,2%. A inflação elevada e persistente con-

tribuiu também para a corrosão do poder de compra dos salários.

Frente a indicadores de produto, demanda agregada e emprego bastante negativos e da previsão para a inflação bem acima da meta estabelecida este ano, a convivência com taxa de juros elevada deve perdurar por um bom tempo. A taxa básica de juros, único instrumento para o controle de preços, encontra-se em 13,25%, com sinalização para subir mais, o que acentua o desestímulo à recuperação da demanda doméstica. Ou seja, o cenário macroeconômico para este ano eleitoral é de baixo crescimento (previsão de 1,7% em junho segundo o Banco Central), inflação bem acima da meta e alta taxa de desemprego e informalidade, com queda no rendimento médio real do trabalho e conseqüentemente pouco fôlego para o consumo das famílias.

Com limitada margem de manobra para estimular a economia, dadas as amarras da política econômica liberal, o governo aprovou a PEC para instaurar estado de emergência e *liberar recursos públicos para transferências sociais até o fim do ano. A única motivação para o encaminhamento da PEC pelo Executivo, com medidas sociais necessárias, porém insuficientes e muito tardias, foi claramente eleitoral. Esta medida se soma à criação do orçamento secreto, que se constitui em emendas parlamentares distribuídas segundo a conveniência das pautas a serem votadas, e destina recursos da União sem a devida identificação ou obrigação de prestação de contas sobre os pedidos atendidos. A agenda de política econômica liberal, sem conseguir uma resposta positiva em termos de retomada do crescimento da economia, apela para medidas paliativas e expedientes fiscais claramente populistas e antirrepublicanos.*

A política econômica de cunho liberal, que vem sendo adotada desde 2016, tornou o país o paraíso do rentismo e condenou a



economia à estagnação. Uma perspectiva de continuidade dessa agenda de política econômica irá aprofundar o rentismo, com piora nas condições de vida da população, do mercado de trabalho e recuo no grau de complexidade da estrutura produtiva.

A dificuldade na retomada do crescimento da economia brasileira está associada ao longo processo de desindustrialização que se acentua na década passada, por um lado, e ao aprofundamento da financeirização, por outro. Ambos os processos têm efeitos negativos sobre o crescimento porque, no caso da desindustrialização, leva à estagnação do crescimento da produtividade a longo prazo. O processo de financeirização, por sua vez, desestimula o investimento produtivo, favorece o rentismo e condena a economia ao baixo dinamismo.

Tanto o avanço da desindustrialização quanto da financeirização têm suas raízes nas reformas econômicas nos idos dos anos 1990. Dentre as reformas, a abertura financeira foi certamente a medida de política econômica de maior impacto, porque ela aprofundou nossa inserção no sistema financeiro internacional e reduziu o espaço de política econômica.

Por isso, no caso da economia brasileira, a convenção de política monetária seguida a partir da abertura econômica e da estabilização de preços, em particular com o regime de metas de inflação, tem sido bastante conservadora. O conservadorismo está ligado a, pelo menos, dois motivos: a) a inserção assimétrica da moeda brasileira no sistema monetário internacional, que aumenta a dependência do país aos fluxos de capital, e b) as especificidades que limitam os efeitos do regime de metas de inflação no Brasil, como os fracos mecanismos de transmissão da taxa de juros para o controle da inflação. Sobre este último aspecto, vale lembrar a presença de preços de bens e serviços indexados no índice de preços referência para a meta de inflação (IPCA) e também de títulos de dívida pública indexados à taxa básica de juros. Tais especificidades, dentre outras, reduzem a sensibilidade da inflação à mudança de taxa de juros, ou seja, as taxas de juros praticadas têm de ser bastante elevadas pa-

ra surtirem o efeito esperado sobre os preços.

Porém, como já nos ensinou Keynes, a política monetária de curto prazo é um instrumento poderoso para determinar a trajetória de crescimento a longo prazo. Desta forma, para o autor, a política monetária não seria o instrumento mais adequado para controlar a inflação, cujas causas são, em geral, pressões de custo. Ao se empregar um instrumento inadequado para o controle da inflação, estabelece-se um nível “convencional” da taxa de juros, que pode ser desestimulador do investimento e, portanto, do crescimento a longo prazo. Adicione-se a isso o fato de que, em uma economia integrada em um sistema financeiro internacional com hierarquia de moedas, o grau de liberdade para se definir o nível “convencional” da taxa de juros é restrito pelos fluxos internacionais de capital – que são pró-cíclicos e voláteis.

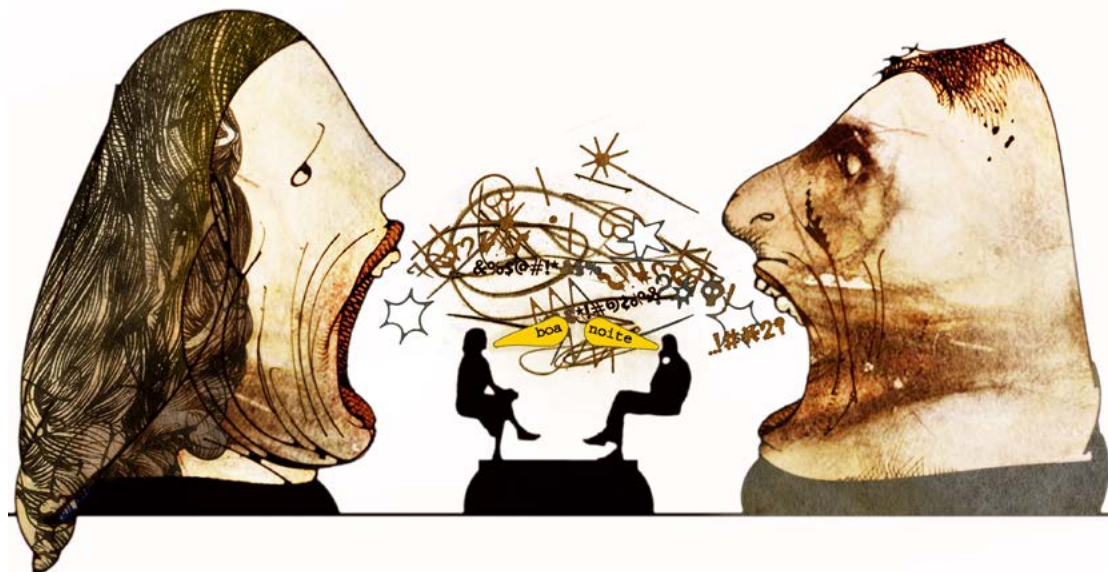
No caso da economia brasileira, o conservadorismo na gestão da política monetária é reforçado pelo estímulo que a autoridade monetária tem em acomodar as mudanças de direção nos fluxos de capital usando o diferencial entre a taxa de juros doméstica e a internacional, mantendo a taxa de juros doméstica em patamar elevado. Se as expectativas inflacionárias aumentam, uma estratégia é aumentar a taxa de juros, atrair capital externo e apreciar o câmbio, o que ajuda no controle da inflação. Dadas as especificidades da economia brasileira, a taxa de câmbio é o mecanismo de transmissão mais eficaz da taxa de juros para os preços. Com isso,

a economia fica presa em uma armadilha de juros altos, maior dependência de capital externo, com impacto negativo sobre o crescimento do produto e sobre o mercado de trabalho. Trata-se de uma “convenção” perversa de política, que alimenta os ganhos rentistas, desestimula o investimento produtivo e leva à desindustrialização pelo efeito a longo prazo sobre a taxa de câmbio.

É neste sentido que a armadilha de política monetária torna a economia brasileira o paraíso para o rentismo, através da captura da política econômica aos interesses dos financistas, interessados na valorização do capital de curto prazo. É esta captura que explica a pobreza do debate econômico junto ao grande público, onde se bate na tecla de que não há alternativa à política de juros altos quando a inflação se acelera, mesmo com uma taxa de desemprego elevada e persistente.

Em conclusão, para uma agenda de política econômica voltada para o desenvolvimento econômico, social e ambiental, é necessária uma nova convenção de política econômica que promova a estabilidade com alto crescimento, inclusão social, sustentabilidade ambiental e restauração dos ideais republicanos na definição do orçamento público. Há alternativas possíveis, importante haver o debate.

** É professora titular da UFF, pesquisadora CNPq e coordenadora do grupo de pesquisa em Financeirização e Desenvolvimento (Finde) na UFF (<http://finde.uff.br/>).*

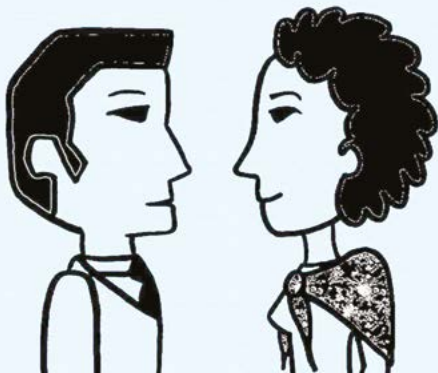


BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO (EM R\$)			PASSIVO (EM R\$)		
REFERÊNCIAS	ATÉ JUN/21	ATÉ JUN/22	REFERÊNCIAS	ATÉ JUN/21	ATÉ JUN/22
ATIVO FINANCEIRO	8.758.820,62	9.538.688,80	PASSIVO FINANCEIRO	371.336,21	455.005,19
DISPONÍVEL	3.030.061,04	3.191.517,48	DÍVIDA FLUTUANTE	72.784,38	164.095,65
RESPONSÁVEL POR SUPRIMENTOS	1.200,00	1.200,00	PESSOAL A PAGAR	-	-
CRÉDITOS DE CURTO PRAZO	3.671.460,09	4.275.295,59	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	52.163,08	44.378,91
RESULTADO PENDENTE	2.056.099,49	2.070.675,73	OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	12.051,55	12.197,75
ATIVO PERMANENTE	34.910.099,03	33.181.177,05	VALORES EM TRÂNSITO	-	101.480,80
BENS PATRIMONIAIS	1.791.062,46	1.792.877,95	OUTRAS OBRIGAÇÕES	8.569,75	6.038,19
VALORES	1.117,64	1.117,64	RESULTADO PENDENTE	298.551,83	290.909,54
CRÉDITOS	33.117.918,93	31.387.181,46	PATRIMÔNIO(ATIVO REAL LÍQUIDO)	43.297.583,44	42.264.860,66
TOTAL GERAL	43.668.919,65	42.719.865,85	TOTAL GERAL	43.668.919,65	42.719.865,85

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS

REFERÊNCIAS	PERÍODO EM REAIS		REFERÊNCIAS	VARIAÇÕES	
	ABRIL A JUN/21	ABRIL A JUN/22		(EM R\$)	(EM %)
RECEITAS			RECEITAS		
ANUIDADES	363.597,38	315.438,78	ANUIDADES	(48.158,60)	-13,2
PATRIMONIAL	24.276,29	84.550,60	PATRIMONIAL	60.274,31	248,3
SERVIÇOS	11.083,45	24.832,40	SERVIÇOS	13.748,95	124,0
MULTAS E JUROS DE MORA	43.341,32	54.005,51	MULTAS E JUROS DE MORA	10.664,19	-
DÍVIDA ATIVA	355.502,51	261.471,19	DÍVIDA ATIVA	(94.031,32)	-26,5
DIVERSAS	37.478,20	30.449,08	DIVERSAS	(7.029,12)	-18,8
TOTAL GERAL	835.279,15	770.747,56	TOTAL GERAL	(64.531,59)	-7,7
DESPESAS			DESPESAS		
DE CUSTEIO	1.263.159,90	1.051.737,28	DE CUSTEIO	(211.422,62)	-16,7
PESSOAL	768.154,95	608.601,19	PESSOAL	(159.553,76)	-20,8
MATERIAL DE CONSUMO	10.444,66	14.325,21	MATERIAL DE CONSUMO	3.880,55	37,2
SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS	484.560,29	428.810,88	SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS	(55.749,41)	-11,5
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	162.416,82	143.360,56	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	(19.056,26)	-11,7
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	DESPESAS DE CAPITAL	-	-
TOTAL GERAL	1.425.576,72	1.195.097,84	TOTAL GERAL	(230.478,88)	-16,2
RESULTADO = RECEITAS - DESPESAS	(590.297,57)	(424.350,28)	RESULTADO = RECEITAS - DESPESAS	165.947,29	-28,1



Entre Celsos e Marias

O podcast do Corecon-RJ

Atualize seu cadastro no Corecon-RJ

Manter o cadastro atualizado é fundamental para que o Conselho possa se comunicar com você. Solicitamos que você nos informe sobre qualquer mudança nos seus dados cadastrais, tais como: e-mail, endereço residencial ou comercial, telefones fixo ou celular etc. Você pode utilizar os seguintes canais:

- 1) Site do Corecon-RJ, www.corecon-rj.org.br, seção "atualização cadastral" (na barra superior).
- 2) Telefones: 21-2103-0113; 2103-0114; 2103-0115; 2103-0116; 2103-0131.
- 3) E-mails: thiago@corecon-rj.org.br; karina@corecon-rj.org.br; silvia@corecon-rj.org.br; claudio@corecon-rj.org.br; samuel@corecon-rj.org.br; registro@corecon-rj.org.br.